



INCLUSÃO E EDUCAÇÃO REMOTA¹

INCLUSION AND REMOTE EDUCATION

Lívia Catarina Matoso dos Santos, TELLES²

Ricardo, VALIM³

Fabio Marcelo Tanwing, SAAVEDRA⁴

Arantxa Tanwing, SAAVEDRA⁵

RESUMO EXPANDIDO

Quando em 11 de março do ano de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a situação de pandemia pela infecção do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), foi preciso que diversos segmentos da sociedade se adaptassem a uma nova realidade, e como todas as informações ainda eram novas e requeriam estudos, foi determinado pelos órgãos de saúde que o isolamento social e o afastamento das funções presenciais seria um ponto inicial para evitar a disseminação do vírus. Com a educação não pôde ser de outra forma, então não houve um tempo hábil para a adaptação e muito menos um preparo emocional ou pedagógico para o que estaria por vir naquela época. Temos vivido, desde 2020, períodos de muitas incertezas e mutabilidades aceleradas, o distanciamento social gerou consequência duradouras no que tange a exclusão de estudantes. De acordo com o relatório intitulado “Cenários da exclusão escolar no Brasil” do UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância), a maioria dos estudantes que estavam fora da escola durante a pandemia era composta por pretas(os), pardas(o) e indígenas. Os mais afetados viviam em famílias com renda domiciliar per capita de até um e meio salário mínimo (61,9%). E, regionalmente, as áreas com maior número de exclusão foram as regiões Norte e o Centro-Oeste. Em novembro do ano de 2020 existiam 5.075.294 crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos que estavam fora da escola ou sem atividades escolares, o que corresponde a 13,9% dessa parcela da população em todo o Brasil (UNICEF BRASIL, 2021, p.44). Mesmo com o controle da pandemia através da vacinação da população, tivemos uma acentuada perda no que se refere ao ensino e também atividades de pesquisa e extensão, como as que desenvolvemos no IFRO (Instituto Federal de Rondônia). Ainda neste cenário de pandemia foi desenvolvido um projeto chamado Caminhos da Inclusão, que teve suas atividades iniciadas em dezembro do ano de 2021 e com encerramento previsto para dezembro de 2022. O projeto visou promover ações sobre equidade de gênero, inclusão dos alunos com deficiência, combate ao bullying e a violência, direitos das pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travesti/ Transgênero, Queer e Intersexuais), combate ao assédio, entre outros temas. Apresentamos o relato de

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio financeiro do Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP) do IFRO Campus Porto Velho Calama, edital número 34/2021.

² IFRO Campus Porto Velho Calama, livia.santos@ifro.edu.br, <https://lattes.cnpq.br/9341194702829612>

³ IFRO Campus Porto Velho Calama, ricardo.vallim@ifro.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/3074004049762932>

⁴ IFRO Campus Porto Velho Calama, fabiomarcelotanwingsaavedra06@gmail.com

⁵ IFRO Campus Porto Velho Calama, arantxatanwingsaavedra@gmail.com



experiência de uma roda de conversa na modalidade on-line intitulada “Cidadania e Inclusão” que fez parte das atividades desenvolvidas no referido projeto. O objeto do estudo foi investigar qual era a visão e opinião dos participantes sobre a Lei de cotas e a arte como expressão do patriotismo. O método utilizado teve abordagem qualitativa, contemplou a escuta e acolhimento aos alunos, de forma que na condução da roda foram preservadas as suas opiniões, resgatando os valores inclusivos para a construção de uma política institucional inclusiva. Houve a participação de dois professores convidados: um professor de Filosofia do IFRO Campus Porto Velho Calama e um Professor de Arte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) Campus Professor Olegário Baldo, cidade de Cáceres (MT). Escolhemos a modalidade roda de conversa on-line pelo fato de já estarmos familiarizados com os recursos tecnológicos por causa do período da pandemia e por possibilitar que não houvesse nenhuma limitação geográfica, física ou mesmo de horário. Pessoas de outras cidades, estados ou países, poderiam participar sem maiores problemas. As demais rodas de conversa do projeto Caminhos da Inclusão foram realizadas de forma presencial e remota, sendo esta última através do uso do aplicativo google meet. Assim como ocorreu em 2020 (ano de início da pandemia), em 2021, a comunicação direta entre aluno e professor, por meio de e-mail, telefone, redes sociais e aplicativo de mensagens, continuou sendo a estratégia mais adotada para manter contato e oferecer apoio tecnológico junto aos estudantes. A experiência da roda de conversa contou com a intenção de despertar nos envolvidos uma consciência coletiva para transformar a igualdade e o patriotismo em uma realidade, debatendo opiniões e conceitos em conjunto dos convidados para aprender e aplicar o aprendizado no evento. A relevância de um evento como este é indiscutível porque permite justamente uma aproximação entre os participantes interessados, bem como possibilita uma ampliação original do pensar reflexivo sobre a referida temática. Cada vez mais em nossa sociedade está ocorrendo um crescimento destes espaços de fomento dialógico utilizados pelas mais variadas causas para dar voz e vez a todo aquele que anseia por debater temáticas que constituem hoje a base de nossa sociedade. A partir da década de 1970 pôde-se observar um grande avanço na legislação brasileira no que tange a Educação Inclusiva, pois políticas públicas foram criadas, especificamente para alunos com deficiência e aconteceram diversos movimentos e convenções sobre este aspecto. Segundo Kassir (2011), o Brasil participou no ano de 1990 da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia), e coube ao país, como signatário da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a responsabilidade de assegurar a universalização do direito à Educação. Nossa sociedade brasileira, marcada pelas desigualdades sociais e pela falta de acolhimento, sobretudo, das minorias, experimenta agora espaços onde as pessoas podem abertamente relatar suas experiências de inclusão. Esse tipo de atividade promove diretamente a empatia dos demais participantes, estimulando uma abertura sempre crescente para alavancar a sociedade brasileira para um novo patamar do conhecimento e da humanidade. Uma recomendação da UNICEF para o enfrentamento da exclusão é fortalecer o sistema de garantia de direitos, por meio da ampliação de políticas públicas. Arruda (2020) destaca a ausência de dados do acesso a equipamentos e da internet pelos estudantes, bem como defende o redimensionamento de recursos educacionais para a universalização das políticas



nacionais de acesso e equidade de recursos tecnológicos. Diante da gigante crise econômica que a pandemia agravou, é preciso pensar em políticas públicas não só de transferência de renda, mas também de acesso e permanência na educação, que envolve o estudante conhecer as ferramentas tecnológicas e ter condições de adquiri-las. Sasaki (1997) salienta que em uma inclusão de verdade quem de fato deve ser modificada é a sociedade para que possa incluir todas as pessoas. É preciso que a sociedade seja capaz de atender às necessidades primordiais de seus membros. O autor ainda destaca que é dever da sociedade fornecer espaços adequados para que ocorra a inclusão e com isso haverá igualdade de oportunidade para todos, sem distinções. Para ele, a inclusão envolve processos de mudanças em uma totalidade de pessoas e é um trabalho longo e desafiador. E, para evitar que o isolamento social deixe estudantes ainda mais vulneráveis, as autoridades devem trabalhar em medidas de proteção contra a violência doméstica. Essas medidas aproximam o estudante da escola, que, por sua vez, deve estar preparada para acolher jovens que estão em situação de vulnerabilidade. Trata-se de acolher as populações negra, indígena, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, pessoas em situação de vulnerabilidade social e garantir a elas a possibilidade de serem como são, combatendo as discriminações, acolhendo diferenças corporais, utilizando nomes sociais, cuidando para a promoção e a manutenção da saúde mental. Assim, durante a roda de conversa Cidadania e Inclusão trabalhamos para impedir que a etnia, a classe ou o gênero sejam critérios subliminares e estruturais para a manutenção das desigualdades e para a exclusão de parcelas da população ao direito à educação. Nossas considerações finais apontaram que o acesso à informação tecnológica amplia a possibilidade de novos caminhos, além de criar um ambiente de pesquisa e de debate capaz de desenvolver as competências mais importantes para o futuro, como o pensamento crítico, a criatividade e a educação midiática. Assim, o ensino remoto se tornou uma ferramenta para auxiliar os alunos a se preparar da melhor forma para o futuro, desenvolvendo habilidades essenciais e pensando no mundo como ele é agora, e não como costumava ser. Quando um evento é realizado apenas para participantes presenciais, acaba ficando muito restrito, o que não é interessante em muitos casos. Caso alguém não possa comparecer ao evento, a transmissão online possibilita a essa pessoa participar a distância, via streaming, como foi o caso do palestrante professor do IFMT. A transmissão da roda de conversa on-line teve, portanto, a vantagem de trazer mais acesso. Com um mundo reaprendendo as relações e interações sociais após a devastadora pandemia da Covid-19, a educação precisa se reinventar a cada dia, a cada percalço e a cada aula ministrada remotamente. Discutir a educação em seu momento mais difícil se faz tão necessário quanto ao reaprender as técnicas pedagógicas com as tecnologias existentes.

Palavras-chave: Cidadania; Inclusão; Ensino Remoto.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E. P. **Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid- 19.** Em Rede-Revista de Educação a Distância, v. 7, n. 1, 2020.



BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em 25 out 2022.

KASSAR, M. D. C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.** Educar em Revista, Curitiba, v. 1, n. 41, set./2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000300005> Acesso em 03 nov 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em 02 nov 2022.

SALVIANO, Maria Rosimére de Moura; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. **“Não é assim de graça!”: Lei de Cotas e o desafio da diferença.** Psicol. Esc. Educ. 22 (3), Dez 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392018035604> Acesso em 25 out 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 1. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Declaração mundial de educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** New York: WCEFA, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990> Acesso em 30 out 2022.

UNICEF BRASIL. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação.** Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf> Acesso em 13 dez 2021.